

## Trabalhos Científicos

**Título:** Prevalência Do Aleitamento Materno Em Menores De 6 Meses No Brasil

**Autores:** LUIZA MARQUES GROSSI (UNIVERSIDADE DE ITAÚNA ), ALDA LUIZA ALVES SILVA (UNIVERSIDADE DE ITAÚNA )

**Resumo:** O aleitamento materno (AM) é um direito humano fundamental e é preconizado pelo Ministério da Saúde a realização de forma exclusiva até o 6º mês de vida. Além de garantir a nutrição, a amamentação contribui para o desenvolvimento psicossocial, tornando o debate necessário e importante. Apresentar a prevalência do AM em menores de 6 meses no Brasil Trata-se de um estudo transversal descritivo baseado na amamentação. Os dados foram obtidos no 4º relatório de aleitamento materno publicado em 2023 pelo ENANI (Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil). A análise foi feita no item: aleitamento materno exclusivo (AME), aleitamento materno predominante e aleitamento materno misto (AMM), em menores de 6 meses. Conforme os dados estudados, observou-se que a prevalência do AM em menores de 6 meses é de 78,8% no Brasil. Dentre os tipos de amamentação predomina-se o AME, que é responsável por 45,8% dos modos de aleitamento, em seguida tem-se o AMM que representa 19,8% e por fim o aleitamento materno predominante que tem prevalência de 13,2%. Nota-se que o Ministério da Saúde e a Pan American Health Organization (PAHO) sugerem o AME e propõe uma meta de 70% do mesmo até o ano de 2030, cenário distante da realidade atual do país. Ao se analisar as regiões brasileiras, observa-se disparidades entre os tipos de amamentação. Ve-se que o AME apresentou maior prevalência na região Sul, equivalente a 54,3%, já a região com menor índice foi representada pelo Nordeste, responsável pela média de 39,0% de AME. Ao estudar o aleitamento materno predominante, a região com maior prevalência foi o Nordeste com 17,4% enquanto o Sul apresentou a menor prevalência, indicando 3,5%. Por fim, a análise do AMM indicou o Nordeste com a maior prevalência, responsável por 26,8% e o Sudeste com a menor prevalência indicado por 14,7%. Além das regiões, a análise domiciliar da amamentação revelou que há predomínio nas regiões urbanas. Dos 45,8% de amamentados via AME, 46,1% desse valor equivalem a moradores urbanos, dos 19,8% de bebês amamentados via AMM 20,1% habitam em cidades e dos 13,2% com amamentação materna predominante, 12,8% vivem em zonas urbanas, evidenciando maior predileção em cidades do que em moradias rurais. Conforme os dados supracitados, depreende-se que o AM ainda está distante das metas preconizadas pelo Ministério da Saúde e pela PAHO, evidenciando a necessidade de debates e estudos sobre o tema. Nota-se que, apesar da maior prevalência ser do AME, o índice esperado ainda precisa de melhoria. Além disso, as disparidades regionais merecem destaque no estudo, principalmente na região Nordeste, já que apresenta os menores índices de AME e as maiores taxas dos demais. Portanto, faz-se necessário a ampliação de investimentos e ações em saúde visando a proteção e apoio do AM. Essas medidas devem ser focadas, sobretudo, no Nordeste e em áreas rurais, de forma a garantir a amamentação e assegurar as metas propostas para 2030.